

PT quer votar e modificar a 193

O Partido dos Trabalhadores (PT) pretende aproveitar a convocação do Congresso Nacional para colocar na pauta das sessões a Medida Provisória nº. 193, que define a política salarial pretendida pelo Governo. O objetivo é conseguir que o relator da medida, deputado Tidei de Lima (PMDB-SP), apresente um projeto de conversão nos mesmos termos da proposta aprovada pela Comissão do Trabalho da Câmara, que prevê o reajuste mensal de salários de acordo com o IPC — índice de preços ao consumidor.

“A sessão legislativa não foi interrompida”, explicou o deputado Paulo Paim (PT-RS). “Por isso, o Senado e a Câmara irão realizar reuniões plenárias normalmente. Assim, nada impede que as comissões temáticas trabalhem e o relator da Medida Provisória 193 apresente o seu parecer”.

Tentativa

Mesmo assim, os partidos de esquerda continuarão tentando convencer os senadores a votarem, sem alterações, o projeto de política salarial aprovado pela Câmara. “Esse projeto é fraco, acanhado e inconsistente; só votamos a favor porque ele é o menos ruim de todos

os que estavam em condições de ser votado”, comentou Paim. Em sua opinião, a melhor estratégia para os partidos de esquerda seria a aprovação dos dois projetos. “Como estamos acreditando que o presidente da República irá vetar o projeto de política salarial que está no Senado, temos que trabalhar como se fossemos um franco atirador com duas alças de mira”, disse.

Paim acredita que o Senado Federal irá emendar o projeto aprovado pela Câmara. “Eles querem melhorar a nossa proposta porque ficaram desgastados perante a opinião pública, que ficou com a imagem de que a política salarial só não está em vigor porque os senadores não votaram”, comentou. Caso isso realmente ocorra, o deputado Paes de Andrade se comprometeu a manter em funcionamento a Câmara dos Deputados até que as emendas do Senado sejam apreciadas. Isso porque qualquer alteração feita pelo Senado em projeto de autoria de membro da Câmara deve ser apreciada pelos deputados antes que a proposta suba para sanção presidencial.

O deputado pelo PT acredita que um projeto de conversão da Medida 193 pode acabar por permi-

tir um acordo com os governistas que impeça o voto ao projeto de política salarial. “Se conseguirmos um entendimento em torno da 193, o Presidente poderá vetar o projeto de política salarial sem nenhum desgaste político, porque estará agindo de acordo com o desejo dos parlamentares”, explicou. No entanto, ele não acredita que seja fácil conseguir um entendimento com o Governo.

Proposta

A proposta que se encontra em tramitação no Senado Federal prevê reajuste salarial no mesmo índice do IPC do mês anterior para quem ganha até 5 salários mínimos. Quem recebe de 5 a 10 salários mínimos terá direito a um reajuste quando a inflação superar 5% — assim, quando o índice inflacionário for de 11% em um mês, o trabalhador terá direito a 6% de reajuste. A cada trimestre, o trabalhador receberá de uma vez os percentuais inflacionários dos três meses anteriores, descontando o que tiver sido pago pelo gatilho.

A proposta defendida pelo PT é a do reajuste mensal no mesmo índice do IPC do mês anterior, para todos os trabalhadores, independentemente das faixas salariais.